

FATORES ASSOCIADOS AO NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DAS RECEITAS DE CONTRATO COM CLIENTES

João Auricchio Ferrari Rego Barros - Universidade Presbiteriana Mackenzie

Julia Silva De Almeida Nunes - Universidade Presbiteriana Mackenzie

Rafaella Colello - Universidade Presbiteriana Mackenzie

Kelly Teixeira Rodrigues Farias - Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo

O objetivo dessa pesquisa foi observar os fatores associados ao índice de divulgação das receitas de contrato com clientes. Para isso, um Índice de Divulgação foi construído com a base na divulgação exigida pelo CPC 47, observado nas demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2021. Foi realizado um levantamento em pesquisas anteriores sobre qualidade da informação contábil e a partir dele escolhidos sete fatores que poderiam estar associados com a divulgação da norma. Esses fatores foram observados em 104 companhias abertas, que correspondiam a 30% das companhias com ações no mercado. Os resultados principais indicam que há evidências de que os fatores empresa de auditoria e tamanho da empresa estão associados positivamente ao nível de divulgação de receita de contrato com clientes. Isso significa que quanto maior é o nível de divulgação de receitas de contratos com clientes maior é a probabilidade da companhia ser auditada por uma “Big Four” e maior é o tamanho da empresa. Por outro lado, não houve evidências significativas em relação aos fatores nível diferenciado de governança corporativa, American Depositary Receipts, Endividamento, Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido e Rentabilidade sobre o Ativo.

Palavras-chave: Fatores Associados com a Divulgação de Receita. Nível de Divulgação de Receita. Receita de Contrato com Clientes. Companhias Abertas.

Abstract

The objective of this research was to observe the factors associated with the disclosure level of revenue from contracts with customers. For what, a Disclosure Index was constructed based on the disclosure required by CPC 47, observed in the financial statements ended on 12/31/2021. A survey was carried out in previous research on the quality of accounting information and from it seven factors were chosen that could be associated with the disclosure of the standard. These factors were observed in 104 companies, which corresponded to 30% of companies with shares on the market. The main results indicate that there is evidence that the audit company and company size factors are positively associated with the level of disclosure of contract revenue with clients. This means that the greater the level of disclosure of revenue from contracts with customers, the greater the probability of the company being audited by a “Big Four” and the greater the size of the company. On the other hand, there was no significant evidence regarding the factors differentiated level of corporate governance, American Depositary Receipts, Debt, Return on Equity and Return on Assets.

Keywords: Keywords: Factors Associated with Revenue Disclosure. Revenue Disclosure Level. Revenue from Contracts with Customers. Companies.

FATORES ASSOCIADOS AO NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DAS RECEITAS DE CONTRATO COM CLIENTES

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi observar os fatores associados ao índice de divulgação das receitas de contrato com clientes. Para isso, um Índice de Divulgação foi construído com a base na divulgação exigida pelo CPC 47, observado nas demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2021. Foi realizado um levantamento em pesquisas anteriores sobre qualidade da informação contábil e a partir dele escolhidos sete fatores que poderiam estar associados com a divulgação da norma. Esses fatores foram observados em 104 companhias abertas, que correspondiam a 30% das companhias com ações no mercado. Os resultados principais indicam que há evidências de que os fatores empresa de auditoria e tamanho da empresa estão associados positivamente ao nível de divulgação de receita de contrato com clientes. Isso significa que quanto maior é o nível de divulgação de receitas de contratos com clientes maior é a probabilidade da companhia ser auditada por uma “Big Four” e maior é o tamanho da empresa. Por outro lado, não houve evidências significativas em relação aos fatores nível diferenciado de governança corporativa, *American Depositary Receipts*, Endividamento, Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido e Rentabilidade sobre o Ativo.

Palavras-chave: Fatores Associados com a Divulgação de Receita. Nível de Divulgação de Receita. Receita de Contrato com Clientes. Companhias Abertas.

ABSTRACT

The objective of this research was to observe the factors associated with the disclosure level of revenue from contracts with customers. For what, a Disclosure Index was constructed based on the disclosure required by CPC 47, observed in the financial statements ended on 12/31/2021. A survey was carried out in previous research on the quality of accounting information and from it seven factors were chosen that could be associated with the disclosure of the standard. These factors were observed in 104 companies, which corresponded to 30% of companies with shares on the market. The main results indicate that there is evidence that the audit company and company size factors are positively associated with the level of disclosure of contract revenue with clients. This means that the greater the level of disclosure of revenue from contracts with customers, the greater the probability of the company being audited by a “Big Four” and the greater the size of the company. On the other hand, there was no significant evidence regarding the factors differentiated level of corporate governance, American Depositary Receipts, Debt, Return on Equity and Return on Assets.

Keywords: Factors Associated with Revenue Disclosure. Revenue Disclosure Level. Revenue from Contracts with Customers. Companies.

1. INTRODUÇÃO

A harmonização da informação contábil pode permitir a comparação das informações financeiras de diferentes entidades, uma vez que podem ser elaboradas a partir dos mesmos princípios contábeis.

No Brasil, a adoção das normas internacionais ocorreu a partir da entrada em vigor da Lei nº 11.638/2007 (Brasil, 2007). Nos anos subsequentes, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos que, iniciados em 2008, foram se tornando obrigatórios a partir das respectivas regulamentações da Comissão de

Valores Mobiliários (CVM) e demais órgãos reguladores com atribuição legal para regular as políticas contábeis setoriais no Brasil.

As normas contábeis não são estáticas, conforme forem surgindo novos entendimentos e/ou necessidades, novas normas podem ser emitidas e normas antigas podem sofrer alterações. Isso é evidenciado pela mudança no reconhecimento de receita, pois até o final de 2017, o reconhecimento de receita de contrato com cliente era baseado no pronunciamento técnico CPC 30. A partir do início de 2018, a antiga norma deixa de ser utilizada e a contabilização deve ser feita conforme o pronunciamento técnico CPC 47 (CPC 47, 2016). As empresas, então, precisam se adaptar as novas exigências das normas e readequar seus processos internos para tal, incluindo controles, para que sejam atendidas às exigências quanto ao nível de evidenciação.

Essas mudanças normativas podem influenciar no nível de evidenciação das companhias. Estudos em companhias abertas apontam para um maior nível de divulgação associados a características das empresas, como empresa de auditoria, tamanho da empresa, endividamento, rentabilidade, *American Depositary Receipt (ADR)*, níveis diferenciados de governança (Maia, Formigoni e Silva, 2012; Girão, Martins e Paulo, 2015; Lopes e Alencar, 2010; Lima, 2009; Nascimento e Reginato, 2008; Antunes, Teixeira, Costa e Nossa, 2010).

Assim, considerando o cenário de mudança da norma de reconhecimento de receita e as evidências nas companhias abertas quanto ao maior nível de evidenciação, o problema investigado foi quais são os fatores associados ao nível de divulgação das receitas de contrato com clientes? Para isso, o objetivo geral desse estudo foi identificar os fatores associados ao nível de divulgação nas demonstrações financeiras das companhias abertas, encerradas em 31/12/2021, no contexto da adaptação à nova norma de reconhecimento de receita.

Esse estudo se justifica pelo número incipiente de estudos associativos, que busquem observar os fatores que influenciam no nível de evidenciação da norma de reconhecimento de receita e do nível de conformidade ao longo do tempo da implantação da norma. A maioria dos estudos anteriores descreveu o processo de implantação da norma e o nível de evidenciação alcançado pelas companhias (Tavares, 2016; Cova, 2016; Silva (2018), Barrilao e Costa, 2019; Silva e Junior (2020). Além disso, observa o contexto de adaptação à nova norma de reconhecimento de receita, após cinco anos de alteração da norma. Espera-se que esse estudo contribua para melhorar o entendimento sobre os fatores associados ao nível de divulgação e aumente a literatura sobre a aplicação do pronunciamento técnico CPC 47.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 REGULAÇÃO CONTÁBIL DA RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTES

De outubro de 2009 a janeiro de 2018, a norma vigente para o reconhecimento de receita no Brasil era o pronunciamento técnico CPC 30. Nesse pronunciamento, a receita era definida como: [...] o ingresso bruto de benefícios econômicos durante o período observado no curso das atividades ordinárias da entidade que resultam no aumento do seu patrimônio líquido, exceto os aumentos de patrimônio líquido relacionados às contribuições dos proprietários [...] (CPC 2012, p. ?)

Além disso, a norma era aplicável para venda de bens, prestação de serviços e por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos. Até o final de 2017, o reconhecimento deveria ocorrer apenas quando existisse a probabilidade de que benefícios econômicos futuros fluíssem para a entidade e que tais benefícios pudessem ser confiavelmente mensurados (CPC, 2012).

Desde o início de 2018, a regulação das receitas de contrato com clientes é feita pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) 15, de acordo com as normas internacionais de contabilidade, e pronunciamento técnico CPC 47, o equivalente pronunciamento das normas brasileiras de contabilidade. A partir de então, as receitas passaram a ter a seguinte definição:

[...] Aumento nos benefícios econômicos durante o período contábil, originado no curso das atividades usuais da entidade, na forma de fluxos de entrada ou aumentos nos ativos ou redução nos passivos que resultam em aumento no patrimônio líquido, e que não sejam provenientes de aportes dos participantes do patrimônio [...] (CPC, 47, 2016, p. ?).

O CPC 47, substituiu as interpretações 11 e 18 do IAS, e 13, 15 e 18 do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC). Dessa forma foi possível, em uma só norma regulatória determinar em que momento uma entidade deverá reconhecer uma receita, como observado por Souza; Souza; Dalfior (2015), abrindo margem para várias interpretações. Com a adoção dessa regulação, existiu uma orientação explícita sobre a necessidade de reconhecimento de receita, podendo contribuir para melhoria dos resultados da entidade.

2.2 ESTUDOS ANTERIORES DESCRITIVOS SOBRE A ADOÇÃO DO CPC 47

Os primeiros estudos descritivos sobre o tema buscaram entender o impacto da adoção do CPC 47 em setores específicos do mercado, sem, contudo, investigar fatores que pudessem explicar a adoção ou o nível de *disclosure* da norma, por exemplo.

A fim de avaliar os impactos da transição e adoção do CPC 47 nos contratos de construção civil e mapear quais as mudanças necessárias nos processos de gestão e controles internos, Tavares (2016) procurou entender o ponto de vista de auditores independentes e contadores quanto aos processos relacionados ao reconhecimento da receita. Para isso, Tavares (2016) entrevistou auditores independentes e contadores para mapear quais as alterações esperadas a partir da adoção da norma. Nesse processo, os contadores relatam estar sendo conduzido pelo departamento de contabilidade análises prévias dos requisitos da norma. Esse processo estaria dividido em duas fases, a primeira seria a compreensão e mapeamento das mudanças com a adoção da norma, que deveria acabar ao final de 2016; a segunda seria a implementação dessas alterações, um processo operacional previsto para acabar em 2017. Entretanto, os auditores consideram que as empresas estão, de maneira geral, atrasadas nesse processo. Eles consideram que, já em 2016, essas mudanças deveriam estar sendo implementadas visando iniciar o ano de 2018 já atendendo a norma.

Cova (2016) também buscou entender quais as principais alterações que ocorreriam com a adoção do CPC 47. Como principais uma das principais ações para adoção da norma, Cova (2016), assim como Tavares (2016), aponta que uma das principais medidas será a análise minuciosa dos contratos com clientes. Em relação aos controles internos, destaca que será necessário abordar expectativas mais amplas. Quanto a relação com investidores, afirma ser essencial a avisá-los previamente sobre os impactos e alteração das métricas utilizada. No ambiente da tecnologia da informação (TI), será necessário a atualização do sistema para que as transações sejam feitas automaticamente conforme CPC 47. No âmbito da gestão tributária, será essencial mapear impactos e readequar estratégias fiscais. Portanto, Cova (2016) conclui que para a adoção da norma será necessário planejamento e atenção para os diferentes efeitos da norma para cada segmento de mercado.

Silva (2018) analisou quinze empresas do setor de transportes e os efeitos do CPC 47 na mensuração, reconhecimento e evidenciação de receitas. A partir da análise de dados de 2015 a 2017, concluiu que os principais impactos no setor são em relação aos indicadores e métricas chave relacionados ao valor da receita.

Barrilao e Costa (2019) analisaram os principais impactos da adoção do CPC 47 em uma empresa siderúrgica de grande porte. Foram realizadas entrevistas e coletas de dados no primeiro semestre de 2018, em que foi possível observar que não houve mudanças significativas no reconhecimento da receita do setor. Porém, foi necessário fornecer treinamentos sobre a nova norma aos setores da empresa que não tinham formação contábil.

Em relação a evidenciação e qualidade das informações divulgadas relacionadas ao CPC 47, Ribeiro, Barcelos e Costa (2020) constataram que as empresas que adotaram a nova norma, têm seu nível de divulgação médio acima dos 50% dos itens exigidos pela própria norma, dando ênfase para as divulgações relacionadas com o contrato de clientes que foi divulgada em 82,25% das empresas da amostra, a informação menos divulgada foi a Receita dos contratos de clientes.

Silva e Júnior (2020) analisou o nível de adesão as exigências do CPC 47 nas notas explicativas no setor de telecomunicações. A análise das 5 (cinco) maiores empresas do setor listadas na B3, permitiu observar que a adoção da norma impactou de forma diferente cada uma das empresas. O autor destaca que a alteração não foi somente nas áreas contábeis, mas também foi necessário reestruturar a área de controles internos, tecnologia da informação, setor de pagamento, entre outros que tenham relação com aspectos financeiros.

Ribeiro et al. (2020) analisaram os impactos econômicos gerados nas empresas de capital aberto do Brasil e, também, pesquisaram o nível e a qualidade das evidenciações publicadas pelas empresas referentes a nova norma contábil. Foram analisadas empresas listadas na Bovespa de diferentes setores. No ano de 2018, de 328 companhias, apenas 34 empresas foram impactadas pela adoção do CPC 47 e IFRS 15, correspondendo cerca de 11% da amostra total; 229 companhias não foram impactadas; 31 não evidenciaram sobre o CPC 47.

No estudo de Ribeiro et al. (2020), constatou-se que o setor mais afetado pela adoção da nova norma foi o Comunicação, com 66,67% de companhias afetadas; seguido pelos setores de Tecnologia da Informação e Utilidade Pública, respectivamente, com 33,33% e 24,62% de empresas afetadas. Referente aos valores contábeis divulgados, analisaram-se a Receita e o Lucro Líquido das companhias com a finalidade de relacionar-se com a adoção da nova norma, entretanto embora a diferença exista, ela não é considerável ao ponto de gerar uma certeza perante a nova norma, sendo assim o impacto causado pela implementação da nova norma é estatisticamente insignificante. Estatisticamente?

A partir da adoção do CPC 47 em 2018, Pereira (2021) analisou o nível de divulgação das empresas do *Portuguese Stock Index 20* (PSI20) no ano em que a nova norma foi implementada. A partir de uma lista de verificação, conclui que 22% das empresas analisadas foram afetadas, sendo que dentre elas o índice médio de divulgação foi de 50%. Isso significa que a maioria das empresas que fazem parte do PIS20 não foram impactadas pela alteração. Esse cenário pode significar que a divulgação pode estar abaixo do previsto pela norma. Importante ressaltar que nesse estudo, Pereira (2021) não correlaciona a adoção da norma a outros critérios.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE FATORES ASSOCIADOS A DIVULGAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS

Os estudos sobre qualidade da informação contábil investigam quais as características das empresas, que estão associadas à divulgação das normas contábeis. Na ausência de estudos específicos, essas investigações podem fornecer possíveis fatores que expliquem à divulgação de receitas de contrato com clientes. Então, para analisar a

qualidade da informação contábil, é necessário entender o que define a qualidade da informação contábil.

Antunes, Teixeira, Costa e Nossa (2010) definem a qualidade da informação contábil como o grau de funcionalidade da contabilidade como mecanismo de governança. Por isso, os autores analisaram empresas brasileiras listadas na Bovespa de 1998 a 2005, sendo elas aderentes ou não aos níveis diferenciados de governança corporativa (NDGB). Ao comparar esses dois grupos de empresas, os autores concluíram que as empresas aderentes aos NDGB não apresentam índices de divulgação maiores do que as empresas que não aderiram. A motivação para adesão aos NDGB seria o aumento de liquidez das ações, e não necessariamente uma busca pelas melhores práticas de governança.

Quanto a divulgação da informação contábil auditada, é necessário considerar a empresa de auditoria responsável. De acordo com Francis e Yu (2009) escritórios de auditoria maiores têm mais chance de oferecer serviços de melhor qualidade, porque teriam mais experiência e conhecimento em prestar serviços para companhias de capital aberto. Outro fator importante é que, pelo volume de funcionários, existe menos probabilidade de existir problemas com independência. Assim, os autores analisaram empresas entre 2003 e 2005 auditadas por 285 escritórios diferentes de todas as *big fours* nos Estados Unidos. Seus resultados indicam que empresas auditadas por escritórios maiores divulgam menos gerenciamento de resultados e são mais propensas a emitir relatórios de auditoria em continuidade operacional. Conclui-se que mesmo que tenham incentivos para prestar serviços de maneira uniforme, as empresas de auditoria ainda apresentam dificuldade de realizar seus serviços com compartilhamento de conhecimento e qualidade de procedimentos na era pós-SOX com inspeções *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB).

Nascimento e Reginato (2008) concluíram que a essência da informação contábil é ser fonte de informação para tomada de decisão pelos usuários com interesse no desempenho econômico da empresa. Os autores destacam que a assimetria de informação entre usuários internos e externos é o principal problema na divulgação. Segundo eles, a governança corporativa é capaz de garantir a transparência e minimizar a assimetria de informações.

Ao avaliar a relação entre o nível voluntário de evidenciação e o custo de capital de terceiros, Lima (2009) analisou empresas não financeiras que tiveram negociação de ações todos os dias entre 2000 e 2005. A amostra total analisada foi de 23 empresas, sendo o nível de evidenciação foi avaliado de 2000 a 2004 e o custo de capital de terceiros de 2001 a 2005. A partir da elaboração de um *check-list* com 53 itens, foi possível estabelecer valores para as seguintes variáveis: nível de *disclosure*, se tem ou não ações na Bolsa de Nova Iorque, nível de endividamento, receita bruta, valor de mercado e patrimônio líquido. O estudo concluiu que apenas 28,48% da variação do custo de capital é resultado da variação, sendo o nível de todas as variáveis independentes menores que 0,05. Ainda assim, nota-se que o nível de *disclosure* tem uma relação negativa com o custo de capital, assim como elaborado na hipótese.

Também a fim de observar determinantes para o custo de capital de terceiros, Lopes e Alencar (2010) selecionaram as 50 empresas com maior liquidez na Bovespa em 2005 e analisaram as divulgações nos anos de 1998, 2000, 2002, 2004 e 2005. Assim como Lima (2009), esperavam encontrar uma relação negativa entre o nível de evidenciação e o custo de capital. Foi elaborado um *check-list* com 47 itens, através dele foi mensurado o nível de evidenciação pela regressão linear das seguintes variáveis: nível de *disclosure*, se tem ações ou não na Bolsa de Nova Iorque, tamanho, *market to book ratio*, *stock market beta* e *debt-to-equity ratio* e concentração do capital de terceiros.

Lopes e Alencar (2010) concluem que o *disclosure* é menor e inversamente proporcional ao custo de capital em empresas menores, com menos atenção de analistas e com maior concentração de capital de terceiros.

Maia, Formigoni e Silva (2012) analisaram 78 empresas de capital aberto não financeiras que compõe o índice IRBX da Bovespa, a fim de mapear quais variáveis exerceram influência no nível de evidenciação mínima das demonstrações financeiras durante o período de adesão as normas contábeis internacionais, exercícios de 2008 e 2009. Para essa avaliação, foi elaborado um *check-list* com 72 itens a partir das evidenciações mínimas vigentes no período. Foi observado que o nível de evidenciação mínima das companhias observadas foi de 70%, sendo que para empresas auditadas por *big four* esse percentual era de 86% em 2008 e aumentou para 89% em 2009. Além disso, os autores entendem que o nível de evidenciação mínima tem relação positiva com o porte da auditoria externa, internacionalização da empresa auditada, governança corporativa ao nível de mercado e nível de endividamento. Enquanto o nível de endividamento e tamanho da empresa não apresentaram relação com o nível de evidenciação mínima.

Segundo Girão, Martins e Paulo (2015), a importância da qualidade da informação contábil é dada, não somente pelo tamanho da empresa de auditoria (*big fours*) contratada para o processo de divulgação, mas sim da orientação do auditor que irá realizar o trabalho em questão. Sendo assim, é possível observar que o ceticismo, a instrução e a formação do auditor são mais importantes do que o tamanho da empresa de auditoria. Além disso, após análise das empresas listadas na Bovespa, Girão et al. (2015) também observaram que as empresas que tiveram como orientação da auditoria a adoção do IFRS para melhor qualidade da divulgação contábil, obtiveram os melhores resultados nos anos subsequentes da adoção.

Para analisar a qualidade da informação contábil, Moura, Ziliotto e Mazzioni (2016) estudaram fatores determinantes da qualidade da informação contábil de companhias abertas listadas na Bovespa. Nesse estudo, a qualidade da informação contábil foi mensurada pelo gerenciamento de resultado a partir de fatores determinantes: concentração acionária, governança corporativa, nível de competição no mercado e proporção de ativos intangíveis. Os autores analisaram cerca de 290 companhias entre 2008 e 2014, ou seja, o período de 7 anos desde a adoção das normas internacionais no Brasil. Dentre os fatores determinantes analisados, os autores observaram que apenas dois deles apresentaram relação com o gerenciamento de resultado. A variável de competição no mercado teve relação significativa modo que quanto menor competitividade, maior gerenciamento de resultados. Além disso, observaram também que empresas com maior proporção de intangível apresentam maiores índices de gerenciamento.

Também para analisar a qualidade da informação contábil de empresas listadas na B3, Moura, Zanchi, Mazzioni, Macedo e Krueger (2017) analisaram as 100 maiores empresas listadas a partir dos resultados publicados em 31 de dezembro de 2015. A partir de índice formulado Fathi (2013), foram analisadas as seguintes categorias: Informações gerais e estratégicas, Informações sobre as demonstrações financeiras, Dados sociais e ambientais, Governança corporativa, Informações financeiras e de mercado, Projeções de informações, Outras informações. Os pesquisadores observaram que o nível médio de evidenciação das empresas analisadas foi de 78%. Além disso, das 100 empresas analisadas, 74% tinham níveis diferenciados de governança corporativa, 89% eram auditadas por *big four*, 85% contavam com Comitê de Auditoria, 44% tinham investidores institucionais e apenas 19% negociavam ações em bolsas de valores dos Estados Unidos. Desse mesmo grupo, era de 41,37% a média de ações ordinárias do maior acionista.

A partir das informações coletadas, Moura et al. (2017) concluíram que as variáveis de governança corporativa e concentração acionária não possuem relação

significante estatisticamente. Segundo os autores, esse resultado está em linha com as conclusões de estudos anteriores e permite inferir que os níveis de governança não interferem na qualidade da informação contábil. O resultado em relação a concentração acionária, também estaria de acordo com estudo anteriores. Para os autores, “uma justificativa para este resultado recai no fato de que, no Brasil, a propriedade concentrada é a estrutura predominante na maioria das empresas e, conseqüentemente, não influencia a qualidade da informação contábil”.

No Tabela 1, é apresentado um resumo das variáveis dos estudos que observaram fatores associados ao nível de divulgação das normas contábeis.

Tabela 1. Resumo dos resultados das variáveis observadas nos estudos anteriores

Autor (ano)	Variável	Resultado	
		Esperado	Obtido
Moura et al. (2017)	Níveis Diferenciados de Governança	(+)	?
	Empresa de Auditoria	(+)	(+)
	Comitê de Auditoria	(+)	(+)
	Concentração Acionária	(+)	?
	Investidores Institucionais	(+)	(+)
	Ações na Bolsa Americana	(+)	(+)
Moura et al. (2016)	Níveis Diferenciados de Governança	(+)	?
	Concentração Acionária	(-)	?
	Nível de competição no mercado	(+)	(+)
	Proporção de Ativos Intangíveis	(-)	(-)
Maia et al. (2012)	Empresa de Auditoria	(+)	(+)
	Tamanho da Empresa	(+)	(-)
	Endividamento	(+)	(-)
	Rentabilidade	(+)	(+)
Girão et al. (2015)	Empresa de Auditoria	(+)	(+)
Lopes e Alencar (2010)	Tamanho da Empresa	(+)	?
	ADR	(+)	?
Lima (2009)	ADR	(+)	(+)
	Endividamento	(+)	(+)
	Rentabilidade	(+)	(+)
Nascimento e Reginato (2008)	Níveis de Governança Bovespa	(+)	(-)
Francis e Yu (2009)	Empresa de Auditoria	(-)	(-)
Antunes et. al. (2010)	Níveis de Governança Bovespa	(+)	(+)

Fonte: Elaborado pelos autores.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população considerada na análise foi composta por 30% das empresas não financeiras listadas na B3 de cada setor em 31/12/2021, selecionadas aleatoriamente. Esse percentual foi adotado por ser considerado um percentual mínimo, para a realização de testes estatísticos, de acordo com a literatura especializada.

Tabela 2. População: quantidade de empresas por setor

Setor	Quantidade de empresa por setor	Parâmetro	Tamanho população
Bens industriais	59	30%	18
Comunicações	9	30%	3
Consumo cíclico	92	30%	28
Consumo não cíclico	29	30%	9
Materiais básicos	33	30%	10
Outros	15	30%	5
Petróleo gás e biocombustíveis	13	30%	4
Saúde	24	30%	7
Tecnologia da informação	18	30%	5

Utilidade pública	51	30%	15
Total	343		104

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para determinação da amostra, foram selecionadas as empresas que tem divulgação referente ao CPC 47 em 2021 e que tenham informações divulgadas referentes as variáveis de análise.

3.2 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

3.2.1 ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO (IDIV)

Para observar o nível de divulgação de receitas de contrato com clientes, de acordo com o CPC 47, foi elaborado um *check-list* para avaliar requisitos de divulgação definidos pela norma, que consta no Tabela 3 e a partir das informações coletadas foi mensurada a qualidade da informação contábil.

Tabela 3. Checklist do Índice de Divulgação do CPC 47

Contrato com cliente	
01.	Divulgou valores das receitas reconhecidas de contratos com clientes, separadamente de suas outras fontes de receitas?
02.	Divulgou valores de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas (conforme CPC 48) sobre qualquer recebível ou ativo de contrato provenientes de contratos da entidade com clientes, as quais a entidade deve divulgar separadamente das perdas por redução ao valor recuperável de outros contratos?
Desagregação de receitas	
03.	Desagregou receitas reconhecidas provenientes de contratos com clientes em categorias que descrevem como a natureza, valor, época e incerteza das receitas e fluxos de caixa são afetados por fatores econômicos?
04.	Aplica o CPC 22 - Informação por Segmento?
Saldos contratuais	
05.	Divulgou saldos iniciais e finais recebíveis, ativos de contratos e passivos de contrato com clientes, caso não sejam apresentados ou divulgados separadamente?
06.	Divulgou receitas reconhecidas no período de relatório incluídas no saldo de passivos de contrato no início do período?
07.	Divulgou receitas reconhecidas no período de relatório resultantes das obrigações de desempenho cumpridas, total ou parcialmente, em períodos anteriores?
Obrigações de desempenho	
08.	Divulgou suas obrigações de desempenho incluindo quando a entidade costuma cumpri-las (por exemplo, mediante embarque, mediante entrega, conforme os serviços são prestados ou mediante conclusão do serviço), e quando as obrigações de desempenho são cumpridas em um acordo de venda para entrega futura (“bill-and hold”);
09.	Divulgou suas obrigações de desempenho incluindo os termos de pagamentos considerados significativos?
10.	Divulgou suas obrigações de desempenho incluindo a natureza das mercadorias ou serviços que a entidade prometeu transferir, com destaque a quaisquer obrigações de desempenho de forma a providenciar que a outra parte transfira as mercadorias ou serviços?
11.	Divulgou suas obrigações de desempenho incluindo obrigação de devolução, restituição e outras obrigações similares?
12.	Divulgou suas obrigações de desempenho incluindo tipos de garantias e correspondentes obrigações?
Julgamentos significativos na aplicação do CPC 47	
13.	Divulgou os julgamentos, e as mudanças nos julgamentos, efetuados ao aplicar o CPC 47 que afetam significativamente a determinação do valor e época das receitas de contratos com clientes (levando em conta a época de cumprimento e o preço da transação e os valores alocados às obrigações de desempenho)?
14.	Divulgou o reconhecimento receitas resultantes das obrigações de desempenho cumpridas ao longo do tempo evidenciando e explicando os métodos utilizados para reconhecer receitas?
15.	Divulgou julgamentos significativos efetuados ao avaliar quando o cliente obtém o controle das mercadorias ou serviços prometidos com relação às obrigações de desempenho cumpridas em um determinado período de tempo?

Determinar o preço da transação e os valores alocados às obrigações de desempenho	
16.	Divulgou, sobre as suas obrigações de desempenho restantes, informações e premissas sobre a mensuração da obrigação de devolução, restituição e outras obrigações similares?
Ativos reconhecidos a partir dos custos para obter ou cumprir um contrato com o cliente	
17.	Descreveu os julgamentos realizados ao determinar o valor dos custos incorridos para obter ou cumprir um contrato com o cliente?
18.	Descreveu o método utilizado para determinar a amortização para cada período de relatório?
19.	Descreveu o método utilizado para obter ou cumprir um contrato com o cliente ou por principal categoria de ativo?

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para apurar o índice de divulgação de receita de contrato com clientes (IDIV), foi utilizada a fórmula constante no trabalho de Tsalavoutas, Evans e Smith (2010) como citado por Nakayama e Salotti (2014), conforme fórmula 1 a seguir.

$$(1) \text{ IDIV} = \frac{\sum_{i=1}^n di}{\sum_{j=1}^m dj}$$

Em que di é o total de itens divulgados pela empresa conforme as informações exigidas, constantes da Tabela 3, que foi atribuído o valor “1” se a empresa divulgou a informação e o valor de “0” caso a empresa não tenha divulgado e dj é o total de itens que a empresa deveria ter divulgado, sendo, portanto, excluídos da soma os itens que não se aplicam para divulgação pela empresa.

3.2.2 FATORES ASSOCIADOS A DIVULGAÇÃO DE RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTES

Considerando as pesquisas anteriores, optou-se por um conjunto de determinantes conforme múltiplas pesquisas analisadas. Assim, a Tabela 4 mostra as variáveis que forma observadas no estudo.

Tabela 4. Variáveis que serão observadas no estudo

Variável	Mensuração	Resultado Esperado	Referência
AUDIT	1 se é auditada por “Big Four” e 0 caso contrário	(+)	Moura et al. (2017), Maia et al. (2012); Girão et al. (2015) e Francis e Yu (2009)
TAM	Logaritmo Natural do Ativo Total	(+)	Lopes e Alencar (2010); Maia et al. (2012)
NDGC	0 = Não pertence a algum nível 1 = Nível 1 2 = Nível 2 3 = Novo Mercado 4 = Bovespa Mais	(+)	Moura et. al. (2017), Moura et al. (2016); Nascimento e Reginato (2008); Antunes et. al. (2010)
ADR	1 se emite ADR e 0 caso contrário	(+)	Lima (2009); Lopes e Alencar (2010); Maia et al. (2012)
ENDV	Passivo Total / Ativo Total	(+)	
ROE	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	(+)	Lima (2009); Maia et al. (2012)
ROA	Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro / Ativo Total	(+)	

AUDIT: Empresa de Auditoria; TAM: Tamanho da Empresa; NDGC: Níveis Diferenciados de Governança Corporativa da B3; ADR: *American Depositary Receipts*; ENDV: Endividamento; ROE: Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido; ROA: Rentabilidade sobre o Ativo

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.2.3 FONTE E COLETA DE DADOS

Os dados do *checklist* foram preenchidos a partir da consulta das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de 31/12/2021 enviado pelas empresas e disponibilizado para o público pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em seu site, complementado

pelas Demonstrações Financeiras constante nos respectivos sites de Relação com Investidores de cada empresa. As informações foram observadas na Nota Explicativa sobre as Principais Práticas e Julgamentos Adotados pela empresa e na nota explicativa específica sobre receitas. As variáveis relacionadas aos fatores associados foram coletadas de acordo com as informações da Tabela 5.

Tabela 5. Fonte de Dados dos Fatores Associados ao Índice de Divulgação

Variável	Fonte de dados
AUDIT	Opinião dos Auditores observado nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Padronizadas ou nas disponibilizadas no site de Relação com Investidores de 31/12/2021
TAM	Banco de Dados da Economática em 31/12/2021, moeda original e nas demonstrações não consolidadas
NDGC	Banco de Dados da Economática em 31/12/2021
ADR	https://br.investing.com/equities/brazil-adrs
ENDV	Banco de Dados da Economática em 31/12/2021, moeda original e nas demonstrações não consolidadas
ROE	Banco de Dados da Economática em 31/12/2021, moeda original e nas demonstrações não consolidadas
ROA	Banco de Dados da Economática em 31/12/2021, moeda original e nas demonstrações não consolidadas

AUDIT: Empresa de Auditoria; TAM: Tamanho da Empresa; NDGC: Níveis Diferenciados de Governança Corporativa da B3; ADR: *American Depositary Receipts*; ENDV: Endividamento; ROE: Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido; ROA: Rentabilidade sobre o Ativo

Fonte: Elaborado pelos autores.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nessa seção, estão apresentados e analisados os resultados obtidos de acordo com a métrica para coletas de dados de acordo com o Checklist sobre Apresentação e Divulgação sobre o CPC 47 Receita de Contrato com Clientes, como apresentado na Tabela 3. A apresentação dos dados das 104 companhias que compõem a amostra foi organizada da seguinte maneira: foi apresentado primeiramente o índice de divulgação do CPC 47, seguidos de uma descrição qualitativa, mostrando a divulgação por quesito definido na Tabela 3 e em seguida, o resultado dos testes estatísticos realizados, começando pela estatística descritiva, análise de correlação linear e os modelos de teste de regressão linear.

4.1 RESULTADO DO ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DO CPC 47

4.1.1 CLASSIFICAÇÃO DAS COMPANHIAS POR ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO (IDIV)

A Tabela 6 apresenta os resultados do índice de divulgação das 104 companhias brasileiras, que compõem a amostra, considerando o Checklist do Quadro 2, baseado nas normas de divulgação determinadas no CPC 47 Receita de Contrato com Clientes.

Tabela 6. Índice de Divulgação das 104 companhias brasileiras

Ordem*	Empresas	Q.**	IDIV
1 ^a	Cea Modas / Coelba / Cvc Brasil / Embraer / Equatorial / Mills	6	100%
2 ^a	MRV / Petz	2	95%
3 ^a	Taurus Armas	1	90%
4 ^a	Rossi Resid / Sanepar	2	89%
5 ^a	Aeris	1	88%
6 ^a	Gol / Inter AS / Positivo Tec	3	84%
7 ^a	Cruzeiro Edu / Le Lis Blanc / Rede Energia / Telef Brasil	4	79%
8 ^a	Cogna ON	1	74%
9 ^a	Petrobras	1	72%
10 ^a	Bombril / Celesc / Helbor / JSL / Suzano S.A.	5	68%

11 ^a	Copel	1	67%
12 ^a	Alupar / Camil / Eletrobras / Tenda / Vale	5	63%
13 ^a	CCR SA / Csn Mineracao / Fleury / Whirlpool	4	58%
14 ^a	Alphaville / Ambev S/A / Braskem / Ceb / Dommo / Mater Dei / Oi / Portobello / Randon Part / Smart Fit / Tecnisa	11	53%
15 ^a	Ecorodovias	1	50%
16 ^a	Americanas / Enjoei / Gafisa / Hypera / Intelbras / Localiza / Lupatech / Magaz Luiza / Metal Leve / P.Acucar-Cbd / Plascar Part / Rumo S.A. / Weg	13	47%
17 ^a	Ampla Energ / Rede D Or / Terrasantapa / Trisul	4	42%
18 ^a	Eneva	1	41%
19 ^a	Lojas Marisa / Tekno	2	37%
20 ^a	Estapar / Karsten / Klabin S/A / Marfrig / Nutriplant / Totvs	6	32%
21 ^a	Aco Altona / Grupo Soma / Inepar / Qualicorp / Wetzel S/A	5	26%
22 ^a	Cosern	1	22%
23 ^a	AES Brasil / Dohler / JBS / Minerva / Polpar	5	21%
24 ^a	Marcopolo / Tran Paulist / Vivara S.A.	3	16%
25 ^a	Oncoclinicas / Petrorio / Quality Soft	3	11%
26 ^a	Atmasa / Biomm / Desktopsigma / Gerdau / Melhor SP / Sansuy	6	5%
-	B Tech Eqi / Bic Monark / Cemepe / Gama Part / Omegaenergia / Pomifrutas / Sul 116 Part	7	0%

* Ordem de Classificação; ** Quantidade de empresas

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 1 mostra a quantidade de empresas, classificadas por faixa de divulgação. Na forma de pizza, o gráfico mostra um equilíbrio no índice de divulgação do CPC 47 Receita de Contrato com Clientes, entre as 104 companhias, que compõem a amostra. Na forma de barra, o gráfico permite notar que há uma quantidade maior de companhias que estão na faixa de 41% a 60% de divulgação do CPC 47 Receita de Contrato com Clientes.

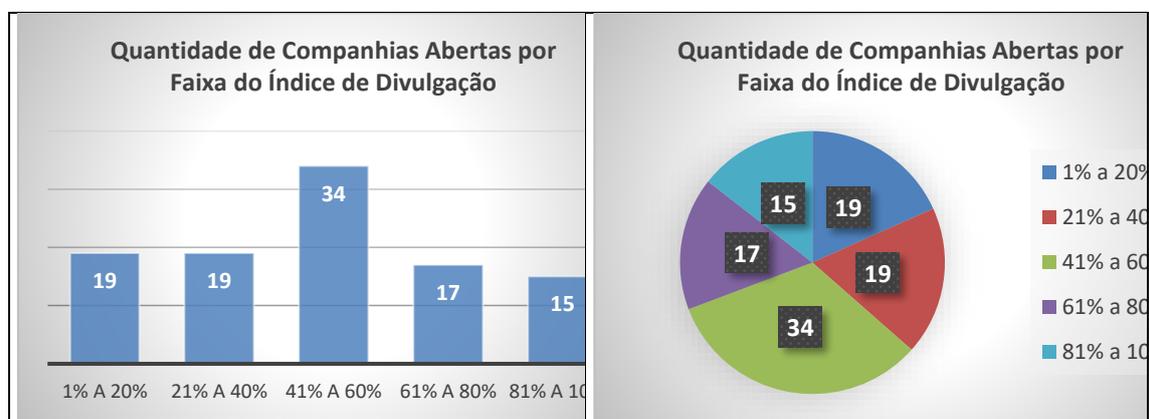


Figura 1. Quantidade de companhias brasileiras por faixa de divulgação de acordo com o Índice de Divulgação

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.1.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA POR ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO

A Figura 2 mostra o Histograma do Índice de Divulgação para as 104 companhias, que compuseram da amostra e indica que essa variável possui distribuição normal, o que foi confirmado com o Teste de Normalidade Shapiro e Francia (1972). Esse resultado permite que se cumpra o pressuposto para a realização da estimativa por meio de Regressão Linear.

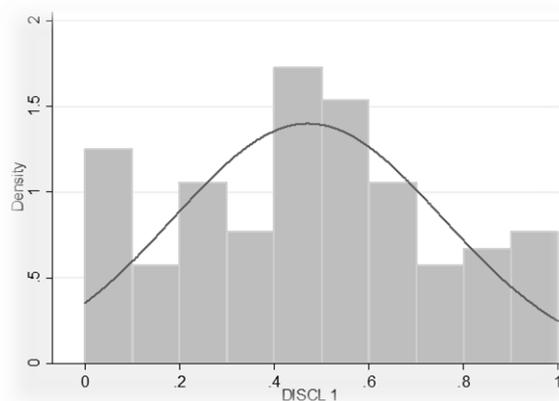


Figura 2. Histograma do Índice de Divulgação das 104 Companhias Brasileiras da Amostra
Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 7 apresenta a Estatística Descritiva do Índice de Divulgação das 104 companhias que compõem a amostra. Em média, essas companhias atendem a 47% das subcategorias do checklist de divulgação do CPC 47 Receita com Clientes adotado pela pesquisa, apresentando um desvio-padrão de 28% em torno dessa média. Esses resultados mostram um percentual menor para os dados de 2021, em relação às pesquisas realizadas após a adoção da norma, que apontavam um índice médio de divulgação de 50% das informações requeridas.

Tabela 7. Estatística Descritiva do Índice de Divulgação das 104 companhias da amostra

IDIV	
MÉDIA	47%
MEDIANA	47%
DESVIO-PADRÃO	28%

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.1.3 RESULTADOS POR CONTEÚDO DE DIVULGAÇÃO DO CPC 47

Nesse item, são apresentados os resultados considerando os conteúdos mínimos exigidos para publicação do Checklist sobre Apresentação e Divulgação sobre o CPC 47 Receita de Contrato com Clientes, para as empresas selecionadas como amostra, conforme a Tabela 2.

A Tabela 8 mostra a quantidade de divulgação por subcategoria do Índice de Divulgação, de acordo com checklist da Tabela 3 e o percentual de empresas que divulgaram as informações por subcategoria, considerando apenas o total de empresas em que aquela informação se aplicava.

Tabela 8. Quantidade de Empresas por Subcategoria do Índice de Divulgação (IDIV)

N.º	Subcategorias	Empresas que divulgaram as informações	
		Quantidade	%*
1	Divulgou valores das receitas reconhecidas de contratos com clientes, separadamente de suas outras fontes de receitas?	65	63%
2	Divulgou valores de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas (conforme CPC 48) sobre qualquer recebível ou ativo de contrato provenientes de contratos da entidade com clientes, as quais a entidade deve divulgar separadamente das perdas por redução ao valor recuperável de outros contratos?	74	72%

3	Desagregou receitas reconhecidas provenientes de contratos com clientes em categorias que descrevem como a natureza, valor, época e incerteza das receitas e fluxos de caixa são afetados por fatores econômicos?	69	66%
4	Aplica o CPC 22 - Informação por Segmento?	69	66%
5	Divulgou saldos iniciais e finais recebíveis, ativos de contratos e passivos de contrato com clientes, caso não sejam apresentados ou divulgados separadamente?	58	57%
6	Divulgou receitas reconhecidas no período de relatório incluídas no saldo de passivos de contrato no início do período?	61	59%
7	Divulgou receitas reconhecidas no período de relatório resultantes das obrigações de desempenho cumpridas, total ou parcialmente, em períodos anteriores?	34	33%
8	Divulgou suas obrigações de desempenho incluindo quando a entidade costuma cumpri-las (por exemplo, mediante embarque, mediante entrega, conforme os serviços são prestados ou mediante conclusão do serviço), e quando as obrigações de desempenho são cumpridas em um acordo de venda para entrega futura (“bill-and hold”);	42	41%
9	Divulgou suas obrigações de desempenho incluindo os termos de pagamentos considerados significativos?	35	34%
10	Divulgou suas obrigações de desempenho incluindo a natureza das mercadorias ou serviços que a entidade prometeu transferir, com destaque a quaisquer obrigações de desempenho de forma a providenciar que a outra parte transfira as mercadorias ou serviços?	42	41%
11	Divulgou suas obrigações de desempenho incluindo obrigação de devolução, restituição e outras obrigações similares?	28	28%
12	Divulgou suas obrigações de desempenho incluindo tipos de garantias e correspondentes obrigações?	27	26%
13	Divulgou os julgamentos, e as mudanças nos julgamentos, efetuados ao aplicar o CPC 47 que afetam significativamente a determinação do valor e época das receitas de contratos com clientes (levando em conta a época de cumprimento e o preço da transação e os valores alocados às obrigações de desempenho)?	57	55%
14	Divulgou o reconhecimento receitas resultantes das obrigações de desempenho cumpridas ao longo do tempo evidenciando e explicando os métodos utilizados para reconhecer receitas?	40	39%
15	Divulgou julgamentos significativos efetuados ao avaliar quando o cliente obtém o controle das mercadorias ou serviços prometidos com relação às obrigações de desempenho cumpridas em um determinado período de tempo?	35	35%
16	Divulgou, sobre as suas obrigações de desempenho restantes, informações e premissas sobre a mensuração da obrigação de devolução, restituição e outras obrigações similares?	29	28%
17	Descreveu os julgamentos realizados ao determinar o valor dos custos incorridos para obter ou cumprir um contrato com o cliente?	57	55%
18	Descreveu o método utilizado para determinar a amortização para cada período de relatório?	65	63%
19	Descreveu o método utilizado para obter ou cumprir um contrato com o cliente ou por principal categoria de ativo?	29	28%

* O percentual foi calculado utilizando como referência a quantidade de empresas em que se aplicava a subcategoria de divulgação. Fonte: Elaborado pelos autores.

4.2 RESULTADO DOS FATORES ASSOCIADOS À DIVULGAÇÃO DO CPC

47

4.2.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS FATORES ASSOCIADOS À DIVULGAÇÃO DO CPC 47

A Tabela 9 mostra as Estatísticas Descritivas dos Fatores Associados à Divulgação do CPC 47 Receita de Contrato com Clientes. Observa-se que, para as 104 companhias, é mais frequente que sejam auditadas por empresas de auditoria pertencentes

ao grupo que compõem as “Big Four” (AUDIT), que estejam no segmento Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 (NDGC) e que não fazem emissão de *American Depositary Receipts* (ADR).

Continuando a análise, observa-se que as 104 companhias possuem um log natural do Ativo Total de 21,99, o que equivale que em média, essas empresas possuem um Ativo Total de R\$ 3 trilhões, o que mostra que são companhias grandes, em média, mas a amostra também apresenta um desvio-padrão de 2,44 elevado, com empresas variando entre um ativo total de R\$ 773.000,00 (13,56) a R\$ 1.248.196.000.000,00 (27,85).

Além disso, são empresas que estão endividadas, com 115%, em média de seus ativos financiados por capital de terceiros (ENDV) e retornos negativos sobre o patrimônio líquido de 4,5% (ROE) e sobre o ativo total de 10% (ROA), no ano de 2021.

Tabela 9. Estatística Descritiva dos Fatores Associados

	MODA	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
AUDIT	1	-	-	0	1
TAM	-	21,99	2,44	13,56	27,85
NDGC	3	-	-	0	4
ADR	0	-	-	0	1
ENDV	-	115%	4,30	0	43,04
ROE	-	-4,5%	3,09	-28,76	11,27
ROA	-	-10%	1,66	-16,51	1,6

Considerando que: **AUDIT** = 1 se é auditada por “Big Four” e 0 caso contrário; **TAM** = Logaritmo Natural do Ativo Total; **NDGC** = 0 = Não pertence a algum nível, 1 = Nível 1, 2 = Nível 2, 3 = Novo Mercado e 4 = Bovespa Mais; **ADR** = 1 se emite ADR e 0 caso contrário; **ENDV** = Passivo Total / Ativo Total; **ROE** = Lucro Líquido / Patrimônio Líquido; **ROA** = Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro / Ativo Total

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.2.2 CORRELAÇÃO ENTRE OS FATORES ASSOCIADOS E O ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DO CPC 47

A Tabela 10 mostra a correlação linear de Pearson entre as variáveis observadas nessa pesquisa.

Tabela 10. Correlação de Pearson entre as Variáveis da Pesquisa

	IDIV	AUDIT	TAM	NDGC	ADR	ENDV	ROE	ROA
IDIV	1,0000							
AUDIT	0,3288* (0,0007)	1,0000						
TAM	0,4116* (0,0000)	0,3419* (0,0004)	1,0000					
NDGC	0,2143* (0,0290)	0,3219* (0,0009)	0,2070* (0,0350)	1,0000				
ADR	0,1472 (0,1359)	0,0148 (0,8812)	0,4983* (0,0000)	0,1509 (0,1261)	1,0000			
ENDV	-0,0447 (0,6523)	-0,0215 (0,8285)	-0,3342* (0,0005)	-0,2009* (0,0408)	-0,0546 (0,5817)	1,0000		
ROE	0,0128 (0,8973)	-0,1039 (0,2937)	0,2002* (0,0416)	-0,0813 (0,4117)	0,1604 (0,1038)	0,0099 (0,9202)	1,0000	
ROA	-0,0003 (0,9978)	-0,0746 (0,4515)	0,2849* (0,0034)	0,1187 (0,2302)	0,0605 (0,5416)	-0,9533* (0,0000)	0,1245 (0,2080)	1,0000

Considerando que: **IDIV** = Índice de Divulgação do CPC 47 Receita de Contrato com Clientes; **AUDIT** = 1 se é auditada por “Big Four” e 0 caso contrário; **TAM** = Logaritmo Natural do Ativo Total; **NDGC** = 0 = Não pertence a algum nível, 1 = Nível 1, 2 = Nível 2, 3 = Novo Mercado e 4 = Bovespa Mais; **ADR** = 1 se emite ADR e 0 caso contrário; **ENDV** = Passivo Total / Ativo Total; **ROE** = Lucro Líquido / Patrimônio Líquido; **ROA** = Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro / Ativo Total

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com os resultados apresentados na Tabela 10, observa-se uma correlação positiva, ao nível de significância de 5%, entre o Índice de Divulgação do CPC 47 Receita de Contrato com Clientes (IDIV) e os fatores empresa de auditoria (0,3288), tamanho da empresa (0,4116) e níveis diferenciados de governança corporativa (0,2143). Isso indica que quanto maior é o nível de divulgação do CPC 47 maior é a probabilidade de a empresa ser auditada por uma “Big Four”, maior é o seu tamanho e maior é a probabilidade dessa empresa possuir maior nível diferenciado de governança corporativa. Não foram observadas correlações significativas entre o Índice de Divulgação do CPC 47 Receita de Contrato com Clientes (IDIV) e os fatores de emissão de ADR, endividamento, retorno sobre o patrimônio líquido e retorno sobre o ativo.

Além disso, observou-se correlação positiva e significativa a 5% entre os fatores empresas de auditoria e tamanho (0,3419), empresas de auditoria e níveis diferenciados de governança corporativa (0,3219), tamanho e níveis diferenciados de governança corporativa (0,2070), tamanho e emissão de ADR (0,4983), tamanho e retorno sobre o patrimônio líquido (0,2002) e entre tamanho e retorno sobre o ativo (0,2849). Com base nesses dados, é possível identificar que tamanho da empresa se correlaciona positivamente e significativamente a 5% com todos os demais fatores que se espera sejam associados ao nível de divulgação do CPC 47 e que auditoria também tem associação positiva e significativa a 5% com os níveis diferenciados de governança corporativa. Esses três fatores AUDIT, TAM e NDGC, que se correlacionam positivamente, são os mesmos que também se correlacionam com o IDIV.

Correlações negativas significantes a 5% foram observadas entre endividamento e tamanho (-0,3342), entre endividamento e níveis diferenciados de governança corporativa (-0,2009) e entre endividamento e retorno sobre o ativo (-0,9533). Isso significa que quanto maior é o endividamento menor é o tamanho da empresa, menor é a probabilidade de estar listado nos níveis mais elevados de governança corporativa e menor é o retorno sobre o ativo.

4.2.3 REGRESSÃO LINEAR ENTRE OS FATORES ASSOCIADOS E O ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DO CPC 47

A Tabela 11 mostra o resultado da regressão linear entre os fatores associados ao nível de divulgação do CPC 47, estudados por essa pesquisa, e o índice de divulgação do CPC 47 Receita de Contrato com Clientes. Foram estimados três modelos: Modelo 1) modelo geral contendo todas as variáveis levantadas na literatura, Modelo 2) modelo contendo apenas as variáveis dos fatores que foram correlacionadas ao índice de correlação, conforme Tabela 6, excluindo também as variáveis ENDV e ROA, uma vez que a estatística VIF no Modelo 1 foi maior do que 5, evidenciado que há multicolinearidade e Modelo 3) modelo mais adequado aos dados, considerando o resultado do modelo 2 anterior.

Em uma análise global, todos os modelos estimados da Tabela 11 apresentaram nível de significância de 1% para explicar em torno de 20% das variações do Índice de Divulgação do CPC 47 Receita de Contrato com Clientes – Modelo 1 ($R^2 = 22,92\%$), Modelo 2 ($R^2 = 21,59\%$) e Modelo 3 ($R^2 = 20,94\%$). Todos os modelos apresentam normalidade, de acordo com o teste de Shapiro e Francia (1972) e apenas o Modelo 1 possui variáveis com indicativo de multicolinearidade, visto por meio da estatística VIF.

Analisando agora cada um dos modelos. Os resultados do Modelo 1 mostram que apenas a variável, tamanho da empresa estaria relacionada positivamente e com nível de significância a 1% com Índice de Divulgação do CPC 47 Receita de Contrato com

Clientes. As demais variáveis não se mostraram significativas para explicar as variações do IDIV.

Em relação ao Modelo 2, feito apenas com as variáveis que apresentaram correlação significativa com IDIV, conforme Tabela 10, os resultados na Tabela 11 mostram uma relação positiva e significativa a 10% entre empresa de auditoria e IDIV e ao nível de 1% entre tamanho da empresa e IDIV. A NDGC não apresentou relação significativa.

Tabela 11. Regressão Linear entre os Fatores Associados e o Índice de Divulgação do CPC 47

Variáveis	Sinal Predito	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
INTERCEPTO	?	-0,7092869 (0,003)	-0,4929751 (0,004)	-0,4884203 (0,004)
AUDIT_i	+	0,0911366 (0,164)	0,1149381 (0,054)	0,1297186 (0,022)
TAM_i	+	0,0486872 (0,000)	0,0385191 (0,000)	0,0396147 (0,000)
NDGC_i	+	0,0235907 (0,235)	0,0183954 (0,342)	-
ADR_i	+	-0,0457314 (0,555)	-	-
ENDV_i	+	0,0066958 (0,646)	-	-
ROE_i	+	-0,0031684 (0,439)	-	-
ROA_i	+	-0,0027518 (0,940)	-	-
Nº de Observações		104	104	104
R²		0,2292	0,2159	0,2094
Prob > F		0,0000	0,0000	0,0000
Teste de Normalidade Shapiro e Francia (1972)		0,10293	0,20942	0,18176
Estatística VIF (Colinearidade)				
ENDV_i		16,41	-	-
ROA_i		15,77	-	-
TAM_i		1,96	1,15	1,13
ADR_i		1,46	-	-
AUDIT_i		1,40	1,22	1,13
ROE_i		1,38	-	-
NDGC_i		1,23	1,13	-

Considerando que: Modelo 1 = $IDIV_i = \beta_1 + \beta_2AUDIT_i + \beta_3TAM_i + \beta_4NDGC_i + \beta_5ADR_i + \beta_6ENDV_i + \beta_7ROE_i + \beta_8ROA_i + \varepsilon_i$; **Modelo 2** = $IDIV_i = \beta_1 + \beta_2AUDIT_i + \beta_3TAM_i + \beta_4NDGC_i + \varepsilon_i$ e **Modelo 3** = $IDIV_i = \beta_1 + \beta_2AUDIT_i + \beta_3TAM_i + \varepsilon_i$. Todos os modelos foram estimados no software @Stata, usando a matriz robusta, para reduzir a presença de heterocedasticidade.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando os dados dos dois modelos, observa-se que o Modelo 3 apresentou resultados mais robustos em termos de nível de significância para as variáveis tamanho da empresa e empresa de auditoria. Nesse modelo, empresa de auditoria possui nível de significância de 5% para explicar as variações de IDIV e tamanho da empresa de 1%. Tamanho da empresa manteve-se significativa e positiva nos três modelos e auditoria nos dois últimos modelos. Isso evidencia que, considerando os testes realizados, essas variáveis apresentam os dados mais robustos, para serem considerados fatores que estão associados à divulgação exigida pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de mudança da norma de reconhecimento de receita e fundamentando-se nas evidências anteriores de fatores que podem ser associados ao maior nível de divulgação de companhias abertas, essa pesquisa investigou quais seriam os fatores associados ao nível de divulgação das receitas de contrato com clientes? Para isso, definiu como o objetivo geral observar esses fatores associados ao nível de divulgação nas demonstrações financeiras das companhias abertas, encerradas em 31/12/2021.

Foram levantados nas pesquisas anteriores, que Empresas de Auditoria (AUDIT), Tamanho da Empresa (TAM), Níveis Diferenciados de Governança Corporativa da B3 (NDGC), *American Depositary Receipts* (ADR), Endividamento (ENDV), Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e Rentabilidade sobre o Ativo (ROA) são fatores que podem estar associados ao Índice de Divulgação de Receita de Contrato com Cliente (IDIV), uma vez que apresentam resultados consistentes com a divulgação de outras normas contábeis ou com o nível de evidenciação geral das empresas. Esses fatores foram observados em 104 companhias abertas, que compunham a amostra dessa pesquisa, correspondendo a 30% das companhias, que possuem ações no mercado.

O índice de divulgação de receita de contrato com clientes foi construído a partir das exigências da norma para a divulgação dos eventos relacionados ao tratamento contábil das receitas relacionadas a esses contratos, que totalizou 19 subcategorias, extraídas das notas explicativas das demonstrações financeiras, encerradas em 31/12/2021. Em média, as 104 companhias da amostra divulgaram 47% das subcategorias utilizadas nessa pesquisa, percentual menor do que os 50% observados nas pesquisas de Ribeiro et al. (2015) e Pereira (2021).

Os resultados principais indicam que há evidências de que os fatores empresa de auditoria e tamanho da empresa estão associados positivamente ao nível de divulgação de receita de contrato com clientes. Isso significa que quanto maior é o nível de divulgação de receitas de contratos com clientes maior é a probabilidade da companhia ser auditada por uma “Big Four” e maior é o tamanho da empresa. Esses resultados foram compatíveis com os estudos de Moura et. al. (2017), Maia et al. (2012), Lopes e Alencar (2010) Girão et al. (2015) e Francis e Yu (2009). E contribuem para com as pesquisas sobre qualidade da informação contábil, na medida em que mostram que há comportamento semelhante nesses fatores, mesmo os investigando com normas diferentes.

Por outro lado, não houve evidências significativas do principal fator relacionado nas pesquisas anteriores com o maior nível de divulgação, que é o nível diferenciado de governança corporativa. Isso pode ter ocorrido, nessa pesquisa, uma vez que essa variável para as companhias da amostra, apresentou correlação com as variáveis de empresa de auditoria e tamanho da empresa, o que pode ter influenciado no modelo de regressão. Nesse caso, mais pesquisas sobre assunto são sugeridas.

Os resultados da pesquisa estão restritos a amostra utilizada, pois optou-se pela seleção de 30% das companhias de cada setor, apresentado na Tabela 2, o que resultou em 104 companhias. Além disso, os resultados também se limitam a forma como as variáveis foram calculadas e ao único período, 2021, em que foram coletadas.

Sugere-se, por fim, a continuidade das pesquisas que observem os demais fatores possivelmente associados (ADR, ENDV, ROE e ROA), mas que nessa pesquisa não apresentaram nem correlação e nem relação linear com o índice de divulgação de receitas de contrato com clientes. Para isso, os pesquisadores podem expandir a amostra da pesquisa e o período estudado, assim como a forma como essas variáveis são calculadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, G. A.; Teixeira, A. J.; Costa, F. M.; Nossa, V. (2010). Efeitos da adesão aos níveis de governança da Bolsa de Valores de São Paulo na qualidade da informação contábil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 3, n. 1, p. 109-138.
- Barrilao, M. C. G.; Costa, S. A. (2019). Principais Impactos com a implementação do CPC 47/IFRS 15 em uma indústria brasileira de grande porte – *Anais... XVI Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. Anais do Congresso...* São Paulo, 2019.
- Brasil. (2007). *Lei nº. 11.638/07* - Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, 28/12/2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm. Acesso em 07/12/2012.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. (2012). *Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1) – Receitas*. Brasília, 08/11/2012.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. (2016). *Pronunciamento Técnico CPC 47 – Contrato de Receitas com Clientes*. Brasília, 22/12/2016.
- Cova, C. J. G. (2016). Os impactos da assimilação da Norma Internacional de Relatório Financeiro (IFRS 15), que trata do reconhecimento das receitas de contratos com os clientes, e seus efeitos assimétricos nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras. *Pensar contábil*, v. 17, n. 64.
- Francis, J. R.; Yu, M. D. (2009). Big 4 office size and audit quality. *The accounting review*, v. 84, n. 5, p. 1521-1552.
- Girão, L. F. A. P.; Martins, V. G.; Paulo, E. (2015). O estilo da auditoria afeta a qualidade da informação contábil no Brasil. In: *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*. 2015.
- Lima, G. A. S. F. (2009). Nível de evidenciação × custo da dívida das empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, v. 20, n. 49, art. 7, p. 95-108.
- Lopes, A. B.; Alencar, R. C. (2010). Disclosure and cost of equity capital emerging markets: the brasilian case. *The International Journal of Accounting*, Illinois v. 45, n. 4, p. 443-464, Dec. 2010.
- Maia, H. A.; Formigoni, H.; Silva, A. A. (2012). Empresas de Auditoria e o Compliance com o Nível de Evidenciação Obrigatório Durante o Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 14, n. 44, p. 335-352.
- Moura, G. D.; Zanchi, M. M.; Mazzioni, S.; Macêdo, F.; Krueger, S. D. (2017). Determinantes da Qualidade da Informação Contábil em Grandes Companhias Abertas Listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 11, n. 3, p. 329-346.
- Moura, G. D.; Ziliotto, K.; Mazzioni, S. (2016). Fatores determinantes da qualidade da informação contábil em companhias abertas listadas na BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 10, n. 27, p. 18-30.
- Nakayama, W. K.; Salotti, B. M.. (2014). Fatores Determinantes do Nível de Divulgação de Informações sobre Combinações de Negócios com a Entrada em Vigor do Pronunciamento Técnico CPC 15. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, São Paulo, v. 25, n. 66, p. 267-280, set./out./nov./dez. 2014
- Nascimento, A. M.; Reginato, L. (2008). Divulgação Da Informação Contábil, Governança Corporativa E Controle Organizacional: Uma Relação Necessária. *Revista Universo Contábil*, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 25-47, Out. 2008.

- Pereira, A. P. L. (2022). *IFRS15: O nível de divulgação nas empresas do PSI20 no ano de implementação*. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/138174>. Acesso em: 21/05/2022.
- Ribeiro, M. C. R. G.; Barcelos, L. Z.; Costa, T. A. (2020). Análise dos Impactos da Adoção do CPC 47 nas Empresas Brasileiras de Capital Aberto. In: *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*. 2020.
- Silva, D. I.; Junior, M. A. P. (2020). Adoção do CPC 47 (IFRS 15) nas Empresas do Setor de Telecomunicações Listadas na B3. *RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria*; Vol 12, n. 2.
- Silva, A. S. (2018). Os impactos da IFRS 15 em companhias do setor de transporte. 2018. (*Trabalho de Conclusão de Curso*). Universidade Federal de Uberlândia, 2018.
- Souza, E.T.; Souza, C. A.; Dalfior, V. A. (2015). O impacto do IFRS 15–Receita de contratos com clientes nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. In: *Simposio de Excelencia em Gestao e Tecnologia–Seget, XII, Anais*, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/512250.pdf>. 2015
- Tavares, T. N. (2016). A implementação do IFRS 15 no Brasil: análise das mudanças nos processos e controles internos para reconhecimento da receita nos contratos de construção. *Dissertação* (Mestrado em Co